



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

07/06/2018

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
1.2. CEMULHER.....	3
1.3. JUÍZES.....	4 - 6
1.4. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	7
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. AÇÕES TJMA.....	8
2.2. CEMULHER.....	9
2.3. PROGRAMA JUSTIÇA CIDADÃ	10
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. AÇÕES TJMA.....	11 - 12
3.2. JUÍZES.....	13 - 17
3.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	18
3.4. VARA DA MULHER.....	19 - 24
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	25
4.2. DECISÕES.....	26
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	27
5.2. AÇÕES TJMA.....	28 - 30
5.3. COMARCAS.....	31
5.4. JUÍZES.....	32
5.5. SEGURANÇA.....	33 - 34



Os três advogados escolhidos ontem pelo Pleno do Tribunal de Justiça

TJ escolhe lista para vaga de jurista da Justiça Eleitoral

Os advogados Bruno Duailibe, Charles Dias e Megbel Abdalla foram escolhidos no Pleno

O Tribunal de Justiça do Maranhão escolheu ontem a lista tríplice com os nomes dos advogados Roberto Charles de Meneses Dias, Megbel Abdalla Ribeiro Fonseca e Bruno Araújo Duailibe Pinheiro para compor a Corte Eleitoral para o biênio

**Bruno Duailibe
ficou em primeiro
lugar na lista**

2019/2020 na categoria de jurista. Lista segue para o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e depois para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Eles foram escolhidos na Sessão

Plenária Administrativa Ordinária do TJ. Bruno Araújo Duailibe foi o mais votado, com 24 votos dos desembargadores, Roberto Charles de Meneses Dias, obteve 16 votos, e Megbel Abdalla Ribeiro Fonseca recebeu 19 votos.

A lista depois que chegar ao TRE será encaminhada para o TSE, que, após analisar o currículo dos indicados pelo TJ encaminha para o presidente da República, que tem a prerrogativa de nomear um dos membros da lista.

O advogado escolhido ocupará a vaga que hoje é ocupada pelo juiz eleitoral Eduardo Moreira, que cumpre seu segundo biênio na Corte Eleitoral do Maranhão. Moreira fica como jurista no TRE até março de 2019.●

PH

PERGENTINO HOLANDA

ph@mirante.com.br
@holandaph

Fotos/Divulgação



SAIU A LISTA TRÍPLICE para membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, na categoria jurista. O mais bem votado foi o advogado Bruno Araújo Duailibe Pinheiro (24 votos). Em segundo, Roberto Charles de Meneses Dias (com 16 votos) e, em terceiro, Megbel Abdalla Ribeiro Fonseca, com 12 votos. Eles foram escolhidos ontem, em Sessão Plenária Administrativa Ordinária do TJMA. Os nomes dos advogados serão encaminhados ao Tribunal Regional Eleitoral, que reúne todas as documentações necessárias para análise do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A nomeação de um dos indicados para a vaga é de competência privativa do presidente da República. Na foto, Bruno Duailibe (à dir.) com Roberto Charles de Meneses Dias e Megbel Abdalla Ribeiro Fonseca

III Semana Estadual de Valorização da Mulher começa nesta sexta, 8

Ação do Poder Judiciário acontecerá até o dia 15 de junho, em comarcas do Estado; na abertura oficial do evento, ocorrerá o lançamento da campanha "TodosPorElas", inspirada no movimento "HeForShe"

O Poder Judiciário realiza a III Semana Estadual de Valorização da Mulher, em São Luís e diversas comarcas do estado, a partir desta sexta-feira, 8. Promovida pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (Cemulher/TJMA), a Semana recebe o apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Escola Superior da Magistratura (Esmam) e Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma).

Na abertura oficial do evento, ocorrerá o lançamento da campanha "TodosPorElas", inspirada no movimento "HeForShe", criado pela ONU Mulheres, uma entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. O movimento é um esforço global para envolver homens e meninos na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial, e ajudar homens e mulheres a modelarem

juntos uma nova sociedade.

Até o dia 15 de junho, a programação segue com atividades direcionadas às mulheres encarceradas, diálogo com os cidadãos em feiras livres, exposição artística e cultural, orientações à comunidade com distribuição de materiais informativos sobre prevenção e combate à violência contra a mulher, palestras e ações educativas.

No dia 9, haverá distribuição de folhetos e cartilhas sobre a Lei Maria da Penha, no ensaio geral do Boi de Maracanã, zona rural de São Luís.

No domingo, dia 10, a distribuição de materiais informativos será na Feirinha de São Luís, na Praça Benedito Leite, a partir das 9h. À tarde, a partir das 16h, a mobilização acontecerá no estádio Castelão, antes da partida de futebol do Campeonato Brasileiro da Série D, entre Moto Club e Fluminense de Feira de Santana.

Seminário

Como parte da III Semana Es-

tadual de Valorização da Mulher, será realizado o Seminário "Violência de Gênero - Desafios e Perspectivas para a Proteção Integral das Mulheres", nos dias 11 e 12 de junho. Na ocasião, o evento vai reunir palestrantes de renome nacional e local, no âmbito das questões sociais e legais que envolvem a efetividade dos direitos fundamentais femininos. Participarão magistrados, servidores do Judiciário e representantes de instituições parceiras. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones: (98) 3221 4500 e 3261 6284 (Cemulher). ●

OBRA EXALTA MEMÓRIAS EM FORMA DE POEMAS

**Juiz Osmar Gomes lança hoje,
às 19h, o livro “Lembranças e
Emoções” P. 6**

MEMÓRIAS de infância em livro

O juiz Osmar Gomes dos Santos lança hoje, às 19h, no restaurante Feijão de Corda da Avenida Litorânea, o livro de poemas "Lembranças e Emoções"

O juiz e escritor Osmar Gomes dos Santos lança hoje, às 19h, no restaurante Feijão de Corda da Avenida Litorânea, o livro "Lembranças e Emoções", obra que reúne poemas que remetem à sua trajetória desde a infância, ainda no povoado Enseada Grande, município de Cajari, passando pela adolescência e a vida adulta, já na capital maranhense.

Em "Lembranças e Emoções", Osmar Gomes faz um passeio literário por situações ora narradas, ora descritas ou simplesmente recitadas com tom carregado de lirismo, mas ao mesmo tempo, sem buscar o rigor da rima perfeita. "A vida não é uma rima perfeita. Há momentos bons, nos quais tudo é alegria, mas também há os desatinos, as angústias, as amarguras do mundo real", diz o escritor.

Não obstante sua inspiração estar na experiência empírica acerca do mundo exterior, que muitas vezes se apresenta carregado dos dilemas existenciais do ser humano, o autor revela também um punhado de poemas cheios de doçura e romantismo. "Na obra, procurei abrir espaço para algumas paixões da alma também, assim como contemplar

mistérios que transcendem a compreensão humana", esclarece Osmar Gomes.

Com uma abordagem leve e realística, a obra permite ao leitor lembranças e sentimentos adormecidos no baú de sua intimidade. São situações do real, transportadas para um tempo-espaço particular do autor, mas que pode facilmente disparar uma descarga de memórias ao leitor mais atento. "São momentos de uma inocência doce e descompromissada dos tempos em que era comum o bailar das brincadeiras de rua, do jogo de bola sob a luz crepuscular. Atividades de um tempo que parece ter ficado somente na memória, já que estão cada vez mais escassos no cotidiano das grandes cidades", diz o autor.

Osmar Gomes é juiz de Direito e, atualmente, titular da 1ª Vara do Juri de São Luís. Já passou por di-

versas comarcas, tendo desenvolvido projetos relevantes voltados para o social e para a cultura. Na capital, foi diretor do Fórum de Justiça de São Luís, onde teve a iniciativa de criar a Galeria Celso Antônio de Menezes, um espaço que hoje recebe exposições de dezenas de artistas maranhenses.

O autor é membro das Academias Matinhense de Letras, Ludovicense de Letras e Maranhense de Letras Jurídicas. Além da produção de livros, vem dedicando parte de seu tempo à elaboração de artigos e crônicas que tratam de temas diversos relativos ao cotidiano. ●

Serviço

O quê Lançamento do livro "Lembranças e Emoções" Quando Hoje, às 19h Onde Restaurante Feijão de Corda da Avenida Litorânea Preço do livro R\$ 50,00



LIVRO
será lançado
hoje em
São Luís



ASSEMBLEIA EM FOCO

Em Timon

Articulada pelo deputado Rafael Leitoa (PDT), Poder Judiciário e Governo do Estado, ocorrerá em Timon, na próxima quarta-feira, 13, união para discutir ações visando ao melhor funcionamento da unidade da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac) no município. A instalação foi viabilizada por Leitoa, ainda em 2017, sendo utilizada, primeiramente, para receber adolescentes em conflito com a lei, sob regime de semiliberdade.

Bate **Rebate**

LISTA TRÍPLICE



Os advogados Roberto Charles de Meneses Dias, Megbel Abdalla Ribeiro Fonseca e Bruno Araujo Duailibe Pinheiro são os integrantes da lista tríplice para membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), na categoria jurista. Eles foram escolhidos ontem em

Sessão Plenária Administrativa Ordinária do Tribunal de Justiça. Bruno Araujo Duailibe Pinheiro obteve 24 votos, Roberto Charles de Meneses Dias, 16, e Megbel Abdalla Ribeiro Fonseca recebeu 12 votos. Os nomes dos advogados serão encaminhados ao Tribunal Regional Eleitoral, que reúne todas as documentações necessárias para análise do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

BateRebate

VALORIZAÇÃO

O Poder Judiciário realiza a III Semana Estadual de Valorização da Mulher, em São Luís e em diversas comarcas do Estado, a partir desta sexta-feira, dia 8 de junho. Promovida pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA), a Semana recebe o apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Escola Superior da Magistratura (ESMAM) e da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA).

Bate **Rebate**

JUSTIÇA

O desenvolvimento sustentável e o plano de logística do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para o setor serão abordados na edição deste sábado (9), ao meio-dia, do programa “Justiça Cidadã”, uma parceria do Judiciário maranhense com a TV Assembleia (Digital, Canal 51.2 – TVN, Canal 17). Quem vai falar sobre os temas é o desembargador Jorge Rachid, presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Tribunal.

Divulgada lista tríplice para o TRE

Eles foram escolhidos ontem, em Sessão Plenária Administrativa Ordinária do Tribunal de Justiça. POLÍTICA



Charles Dias, Megbel Abdalla e Brunno Duailibe compõem lista

JURISTA.....

Lista tríplice para o TRE é divulgada

Os advogados Roberto Charles de Meneses Dias, Megbel Abdalla Ribeiro Fonseca e Bruno Araújo Duailibe Pinheiro são os integrantes da lista tríplice para membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE), na categoria jurista.

Eles foram escolhidos ontem, em Sessão Plenária Administrativa Ordinária do Tribunal de Justiça. Bruno Araújo Duailibe Pinheiro obteve 24 votos,

Roberto Charles de Meneses Dias, 16, e Megbel Abdalla Ribeiro Fonseca recebeu 19 votos.

Os nomes dos advogados serão encaminhados ao Tribunal Regional Eleitoral, que reúne todas as documentações necessárias para análise do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A nomeação de um dos indicados para a vaga é de competência privativa do presidente da República.

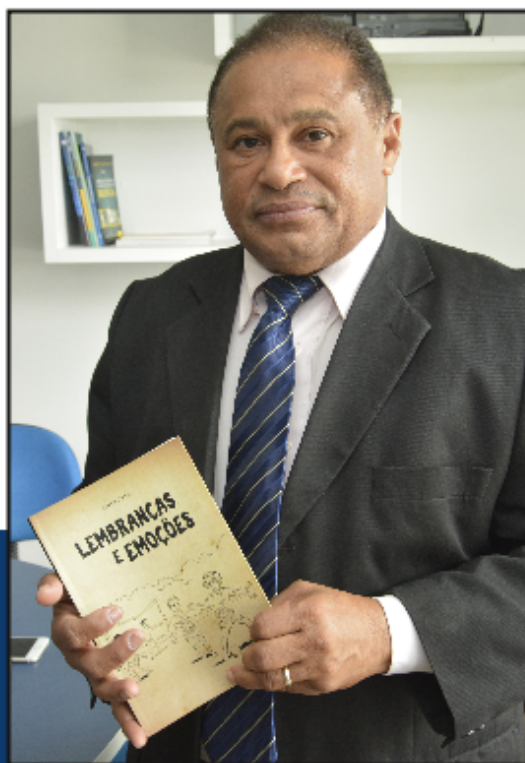


Charles Dias, Megbel Abdalla e Brunno Duailibe compõem Lista

Lembranças em forma de poemas

O magistrado Osmar Gomes dos Santos lança hoje seu primeiro livro de poemas inspirados em suas vivências quando ainda menino no município de Cajari, que remetem a sentimentos como esperança, família, amigos, trabalho e realização pessoal. IMPAR

HONORIO MOREIRA/OIMP/D.A PRESS



Lembranças em forma de poemas

O magistrado Osmar Gomes dos Santos lança hoje seu primeiro livro de poemas inspirados em suas vivências quando ainda menino no município de Cajari, que remetem a sentimentos como esperança, família, amigos, trabalho e realização pessoal



SAMARTONY MARTINS

Uma vida traduzida em forma de poemas. Assim pode ser definido o livro *Lembranças e emoções*, do juiz de direito Osmar Gomes dos Santos, que será lançado hoje, às 19h, no Restaurante Feijão de Corda, na Avenida Litorânea, ao lado do Círculo Militar. Como resume o próprio juiz, que é imortal da Academia Ludovicense de Letras, da Academia Maranhense de Letras Jurídicas e da Academia Matinhense de Artes e Letras, "a leitura da obra é um convite à visita das boas e longínquas lembranças que deixaram marcas indeléveis em nossas histórias".

Já na capa do livro, o escritor dá indícios de como foi a sua infância, jogando futebol com os amigos em um campinho, e na contracapa, a doçura e carinho da sua mãe e o poema *Punhado de Lembranças*, em que Osmar Gomes faz uma viagem ao passado relembrando o cotidiano onde convivia com a pobreza, alimentando-se de piaba e sem perder as esperanças de que um dia a felicidade tão sonhada seria alcançada.

De origem humilde, Osmar Gomes, que hoje é um "homem das letras", mergulhou no seu universo mais íntimo, no qual, para descrever cada emoção vivida, o escritor acionou um gatilho que disparou lembranças que passam por sua terra natal, o povoado Enseada Grande, na cidade de Cajari-MA, onde morou ainda no tempo de menino, das relações sociais que teve que manter, das dificuldades que passou, dos sofrimentos que viveu; das alegrias que compartilhou e da superação que conseguiu como ser humano e do orgulho em tornar-se um representante da Justiça.

Em entrevista a *O Imparcial*, Osmar Gomes revelou que a elaboração do livro teve início no começo deste ano, quando começou a passar para o papel todo o sen-

FOTOS: PAULO MALHEIROS



timento que carregava no peito ao longo dos seus 56 anos de vida. "Tudo começou quando eu comecei a lembrar do povoado onde eu nasci, que tinha apenas 30 casebres de palha, e de tudo que vivi até chegar aqui. Os poemas foram surgindo naturalmente. Traduzi nestes poemas tudo que vivi, senti e presenciei. Vejo este livro como um estímulo às novas gerações que podem ler e estabelecer críticas, além de perceberem que vale a pena perseverar, vale a pena ver o mundo por uma outra ótica mesmo que as situações sejam adversas", disse o juiz, que já havia escrito somente o livro da área jurídica *Manual do candidato a cargo eletivo* (2004 Ed. Ética), além de artigos especializados publicados em periódicos locais e nacionais.

Osmar Gomes fez questão de ressaltar que o fato de ter nascido em uma família humilde lhe permitiu ter se transformado em um ser humano melhor. "Todos estes poemas traduzem sentimentos e situações das quais eu vivi e que me ajudaram a construir a pessoa que eu sou hoje. Tudo isso

se traduz em uma só palavra: felicidade. Posso dizer a todos que eu sou um homem extremamente feliz. Deus me permitiu a exercer uma função de Estado para que eu ajudasse a dar mais qualidade de vida às pessoas por meio da Justiça. Isso contribuiu muito para que eu pudesse ser uma pessoa melhor e mais justa, pois eu conheço os dois lados. Fazer justiça é compreender a vida e traduzir aquilo que está dentro de um processo", explicou o magistrado.

O juiz acrescentou ainda que o que mais lhe deixa orgulhoso é falar sobre o seu passado para as novas gerações, tanto que ele faz questão de dar palestras para flanelinhas, pedreiros no canteiro de obras, pessoas em escolas públicas e universidades, para que possam motivar-se e transformar o seu destino, a partir de uma tomada de atitude, tendo como meta o foco naquilo que acreditam ser melhor. Osmar Gomes também pretende lançar outros títulos até o fim do ano. "Em breve, estarei criando o Instituto de Cidadania, que vai

funcionar no bairro da Ilhinha para trabalhar a inclusão social por meio de projetos sociais que visam contribuir para mudar a realidade de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade. No final de julho será lançado o livro *Direito Eleitoral Contemporâneo*. Já em setembro lanço a minha autobiografia *Uma história de vida*, que conta toda a minha trajetória. E em dezembro lanço *Elementos Práticos do Tribunal do Júri*. Todos estes livros já estão em fase de revisão", revelou Osmar Gomes.

SERVIÇO

O quê? Lançamento do livro *Lembranças e emoções*

O quando? Hoje, às 19h,

Onde? No Restaurante Feijão de Corda, na Av. Litorânea, ao lado do Círculo Militar

Quanto? R\$ 50 (valor do exemplar do livro)



SOBRE OSMAR GOMES

Natural do povoado Enseada Grande, município de Cajari (MA). Foi lavrador, ladaínia, flanelinha, jornalista, ajudante de pedreiro e professor particular. Os estudos o fizeram agente e delegado de polícia e, também, juiz de direito. Osmar Gomes perdeu o pai aos 4 anos, e a sua mãe, para sustentar seus irmãos, quebrava coco de babaçu. Os irmãos maiores foram para casas de parentes em Matinha e em São Luís. A vida só foi melhorar quando um irmão mais velho se estabeleceu na Ilha e construiu uma casa com 16m² em cima da maré, com paredes de madeira e zinco, no bairro da Ilhinha. Aos nove anos, começou a vender jornal, inclusive **O Imparcial**, e lanches como "Pão Cheio", na Praia da Ponta d'Areia, além de ser vigia de carro. Aos 11 anos, foi "promovido" a ajudante de pedreiro, dividindo o seu tempo entre trabalho e estudo. Para não perder aulas, ia para a escola do bairro São Francisco até o Colégio Cema, localizado na Avenida Kennedy, no Bairro de Fátima. Aos 17 anos, passou para o curso de

Direito na Universidade Federal do Maranhão, sendo o único da turma oriundo de escola pública. Osmar Gomes foi o primeiro presidente da Associação dos Palafitados do São Francisco e, por lutar pelo direito à moradia digna, chegou a ser considerado subversivo pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), durante o período da ditadura militar no Maranhão. Nessa época, trabalhava como agente da polícia, o que ocasionou a sua expulsão da instituição. Quatro anos depois, Osmar Filho retornou à Secretaria de Segurança Pública ao passar em concurso para o cargo de delegado. Foi candidato a prefeito de Cajari, em 1992, onde perdeu a eleição por 500 votos. Foi chefe de gabinete da Câmara de Vereadores de São Luís, na gestão de João Evangelista. Passou no concurso para juiz de direito, função que exerce há 22 anos. Osmar Gomes é casado com Maria Félix Rodrigues dos Santos e pai de Osmar Gomes Santos Filho, atual presidente da Câmara de Vereadores de São Luís, e da advogada Bianca Rodrigues dos Santos.



Tudo começou quando eu comecei
a lembrar do povoado onde
eu nasci, que tinha apenas 30
casebres de palha, e de tudo que
vivi até chegar aqui. Os poemas
foram surgindo naturalmente.
Traduzi nestes poemas tudo que
vivi, senti e presenciei

Osmar Gomes Santos,
juiz de Direito e escritor



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Aviso de Licitação
Concorrência nº 01/2018
Processo nº 23.443/2018

Objeto: Construção do Salão do Júri de São João Batista/MA; **Base legal:** Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006 e suas respectivas alterações; **Abertura:** 09/07/2018, às 10:00 horas; **Local:** Auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, localizado na Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** 98 3261 6181.

São Luís/MA, 05 de junho de 2018.

André de Sousa Moreno – Membro da Comissão Permanente de Licitação.

DIVULGAÇÃO



Atlas da Violência 2018 revelou que em uma década os maiores aumentos na violência contra a mulher estão nos estados do Rio Grande do Norte e Maranhão.

Assassinatos de mulheres crescem

Atlas da Violência 2018 revelou que em uma década os maiores aumentos na violência contra a mulher estão nos estados do Rio Grande do Norte e Maranhão



PATRICIA CUNHA

Ainda choca o assassinato no início do ano da vereadora Marielle Franco, assim como de tantas outras mulheres pelo Brasil afora e, infelizmente, no Maranhão que sofre de violência e que terminam por ser assassinadas. Se as leis e políticas públicas ainda não são suficientes para impedir que vidas de mulheres sejam tiradas de formas tão brutais, o enfrentamento a essas e outras formas de violência de gênero é um caminho sem volta com todo um aparato e a rede de atendimento que deve garantir o acompanhamento às vítimas e empenhar um papel importante na prevenção da violência contra a mulher.

Em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, observa-se um aumento de 6,4%. De acordo com o estudo, o estado que mais apresentou aumento da taxa desse tipo de homicídio foi Roraima, com 10 homicídios por 100 mil mulheres. O Maranhão, embora não esteja entre as UF's com as maiores taxas, quando se considera a década, está ao lado do Rio Grande do Norte com os maiores aumentos, chegando a 130%.

Em 2006, o homicídio de mulheres no Maranhão era 67; em 2016, chegou a 159, uma variação de 137,3%. Na comparação entre 2015 e 2016, houve um aumento de 7,4%, representado em números: 148 para 159. A taxa de assassinatos de mulheres em 2016 foi de 4,5 ca-

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Algumas das muitas mulheres vítimas de assassinato no estado

sos para cada grupo de 100 mil, 114,9% a mais do que em 2006, quando era de 2,1 para 100 mil.

De acordo com o relatório, a base de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade não fornece informação sobre feminicídio, portanto não é possível identificar a parcela que corresponde a vítimas desse tipo específico de crime. "No entanto, a mulher que se torna uma vítima fatal muitas vezes já foi vítima de uma série de outras violências de gênero, por exemplo: violência psicológica, patrimonial, física ou sexual. Ou seja, muitas mortes poderiam ser evitadas, impedindo o desfecho fatal, caso as mulheres tivessem tido opções concretas e apoio para conseguir sair de um ciclo de violência".

Os dados estão no Atlas da Violência de 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Vale ressaltar que o número do feminicídios no Maranhão em 2017 foi de 50 casos notificados, segundo a Casa da Mulher Brasileira. Em 2015, foram 25 mortes e, em 2016, o número subiu para 28 mortes.

Homicídio

Só na última década, 553 mil brasileiros perderam a vida por morte violenta. Ou seja, um total de 153 mortes por dia. O relatório traz esses e outros dados impactantes para várias unidades da federação. Entre os dados reunidos, está a evolução dos homicídios por macrorregiões, Unidades da Federação e faixa etária. O relatório também aborda os registros de mortes decorrentes de intervenções policiais, os números relativos às mortes de jovens, de mulheres e de negros nesse período de onze anos, assim como analisa os casos registrados de estupros, os óbitos por armas de fogo e as taxas de mortes violentas com causa indeterminada. Em 2016, o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, segundo informações do Ministério da Saúde (MS). Isso equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa. Apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência



intencional no Brasil. Comparativamente aos números de 2015 houve uma leve redução no percentual de homicídios no estado. De acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, o estado registrou redução de 73% nas ocorrências de assaltos a banco, quando comparados os anos de 2017 e 2014. Já a Região Metropolitana de São Luís fechou o último ano com redução de 40,6% na quantidade de homicídios notificados, no mesmo período. No intervalo de uma década, o ano de maior taxa de homicídio no Maranhão foi 2014, quando chegou a 35,9. No anterior, foi de 31,8. A evolução dos homicídios no Maranhão em uma década foi de 148,5%. Em 2006, foram registrados 969 casos e, em 2016, foram 2.408. Na comparação com 2015, houve uma retração de 1,2%, pois neste ano foram 2.438 mortes.

Por arma de fogo



No Maranhão, a taxa de homicídios por arma de fogo de 2006 a 2016 aconteceu em uma crescente que chegou ao incrível patamar de 201,7%. Em 2006, o índice nesse período foi de 479 mortes; em 2015, chegou a 1.718; e em 2016, teve uma leve queda de 5,4%, alcançando 1.625 mortes. O estudo faz uma relação direta entre o uso de armas e mortes violentas. "Não é coincidência que os estados onde se observou maior crescimento da violência letal na última década são aqueles em que houve, concomitantemente, maior crescimento da vitimização por arma de fogo", diz o texto do relatório.

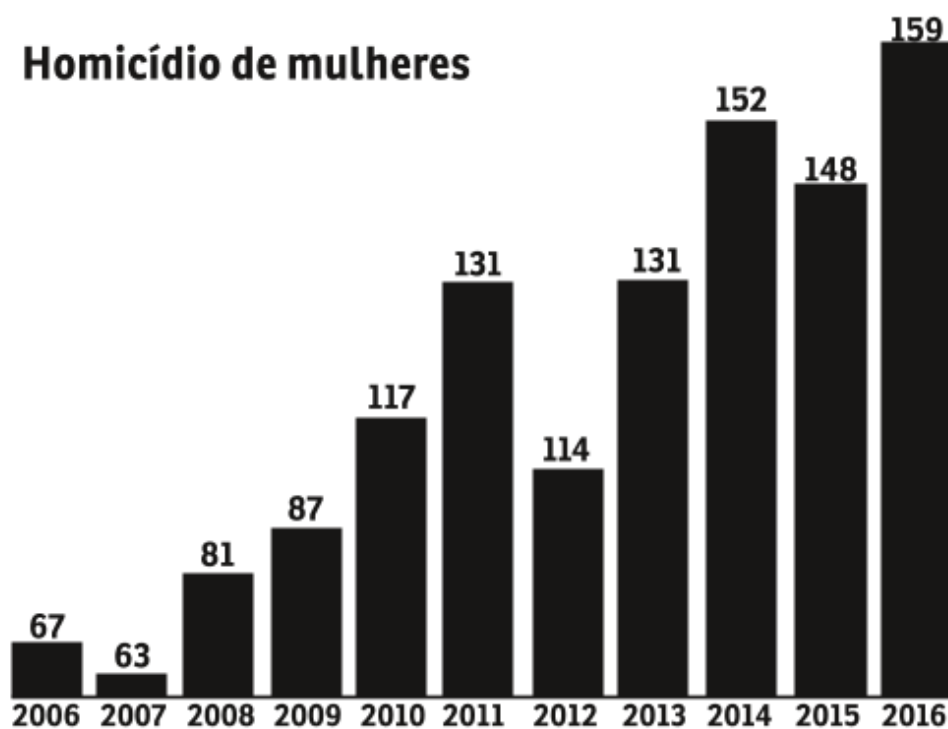
Na análise do relatório, esse crescimento se dá pelo grave processo de estagnação econômica que ocorreu no começo dos anos 1980, quando houve a transição de uma sociedade agrária para uma urbana, falta de segurança pública e a busca

dos serviços de segurança privada e armas de fogo para proteção social. "O fato é que a maior difusão de armas de fogo apenas jogou mais lenha na fogueira da violência letal. O crescimento dos homicídios no país ao longo dessas três décadas e meia foi basicamente devido às mortes com o uso das armas de fogo, ao passo que as mortes por outros meios permaneceram constantes desde o início dos anos 1990.

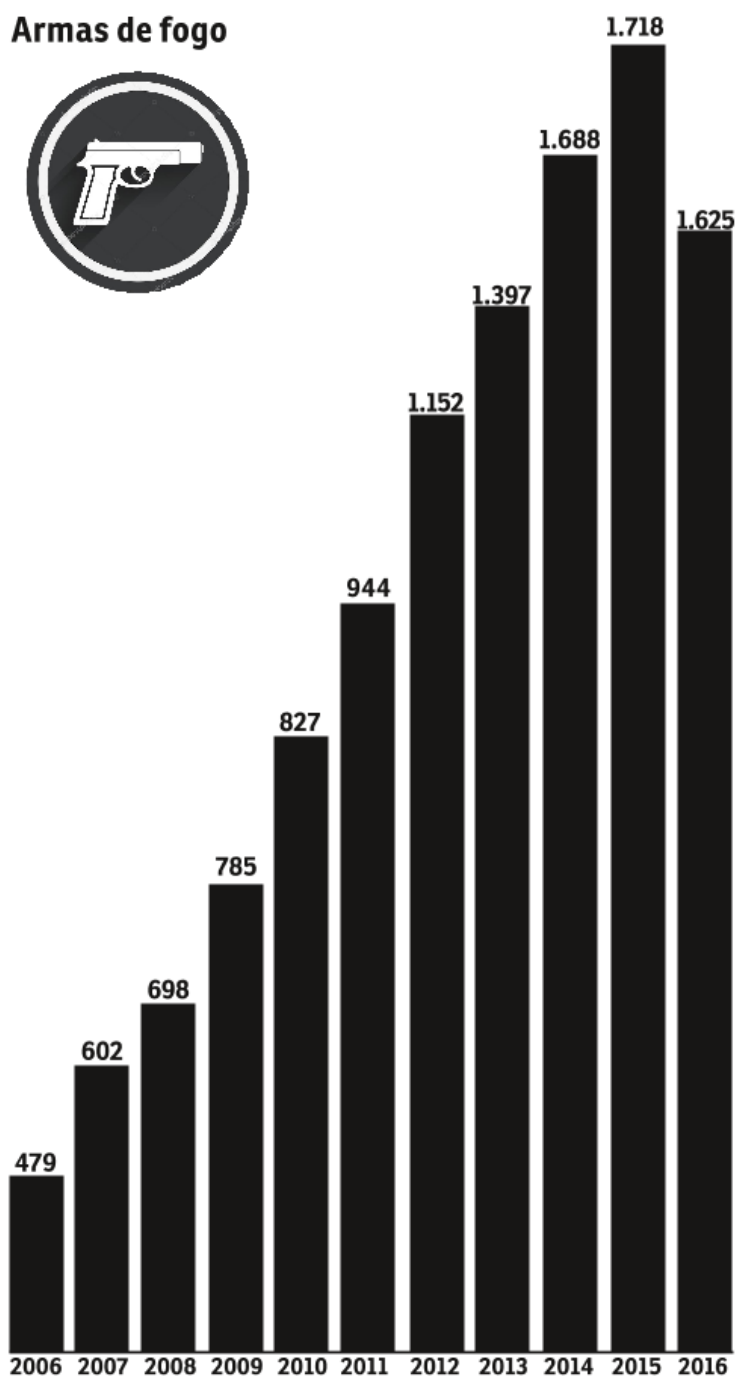
Atingimos um índice de mortes por armas de fogo de 71,1% em 2003, o mesmo índice observado ainda em 2016. O Estatuto do Desarmamento interrompeu a corrida armamentista no país que estava impulsionando as mortes violentas", aponta o estudo.

NÚMEROS / MARANHÃO

Homicídio de mulheres



Armas de fogo



Homicídio

2006 – 969	2012 – 1.777
2007 – 1.127	2013 – 2.163
2008 – 1.277	2014 – 2.462
2009 – 1.398	2015 – 2.438
2010 – 1.519	2016 – 2.408
2011 – 1.591	



No entanto, a mulher que se torna uma vítima fatal muitas vezes já foi vítima de uma série de outras violências de gênero, por exemplo: violência psicológica, patrimonial, física ou sexual. Ou seja, muitas mortes poderiam ser evitadas, impedindo o desfecho fatal, caso as mulheres tivessem tido opções concretas e apoio para conseguir sair de um ciclo de violência

Atlas da Violência 2018

Bastidores

Coriolano Filho

editoria@oprogressonet.com

Lista tríplice

Os advogados Roberto Charles de Meneses Dias, Megbel Abdalla Ribeiro Fonseca e Bruno Araújo Duailibe Pinheiro são os integrantes da lista tríplice para membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), na categoria jurista. Eles foram escolhidos nessa quarta-feira (6), em Sessão Plenária Administrativa Ordinária do Tribunal de Justiça. Bruno Araújo Duailibe Pinheiro obteve 24 votos, Roberto Charles de Meneses Dias, 16, e Megbel Abdalla Ribeiro Fonseca recebeu 12 votos. Os nomes dos advogados serão encaminhados ao Tribunal Regional Eleitoral, que reúne todas as documentações necessárias para análise do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A nomeação de um dos indicados para a vaga é de competência privativa do presidente da República.

MP ingressa com Ação Civil Pública contra ex-prefeita por improbidade

Suely Torres quebrou a ordem cronológica no pagamento de precatórios

Matões - A ex-prefeita de Matões, Suely Torres e Silva, foi acionada, em 15 de maio passado, por improbidade administrativa pelo Ministério Público do Maranhão por ter quebrado a ordem cronológica no pagamento de precatórios judiciais devidos pelo município.

Segundo a Promotoria de Justiça de Matões, a ex-gestora, durante o seu mandato, deixou de efetuar o pagamento do precatório 35288/2014 devido à Companhia Energética do Maranhão (Cemar), referente ao exercício de 2015, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão transitada em julgado.

A Cemar, depois de ter obtido êxito na justiça em ações de cobrança de dívidas contra o Município de Matões, no

total de R\$ 3.075.938,60, chegou a receber desse valor a quantia de R\$ 627.434,58. Na lista de credores do ente municipal, o precatório em questão ocupa o 8º lugar.

Para a promotora de justiça Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira, titular da Promotoria de Matões, a quebra da ordem cronológica representa o desrespeito aos princípios da administração pública, enriquecimento ilícito do credor e prejuízo aos cofres públicos. "Trata-se de atitude omissiva grave e desrespeitosa do Poder Público municipal, especialmente da sua ex-gestora, procrastinando a efetivação do pagamento devido, sem qualquer preocupação com obrigação constitucional de alocação de recursos que

poderiam equacionar a dívida", argumentou.

Penalidades

Como penalidade pela prática de improbidade administrativa, o Ministério Público requereu que a Justiça condene a ex-prefeita ao ressarcimento integral do dano; perda da função pública; suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos; pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos. (CCOM-MPMA)

Corregedoria realiza visita estratégica na comarca de Santa Luzia do Paruá

Como parte do Programa de Enfrentamento à Taxa de Congestionamento Processual (PETCP), a comarca de Santa Luzia do Paruá (403 km de São Luís) recebeu, nestas terça-feira (5) e quarta-feira (6), visita estratégica da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), com a presença do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, dos juízes auxiliares Raimundo Bogéa e Kariny Reis e equipe de servidores. Santa Luzia do Paruá foi a décima primeira comarca a receber a visita de avaliação do corregedor, com o objetivo de identificar as principais dificuldades no funcionamento dos serviços judiciais das unidades e buscar medidas de melhoria. A comarca de Santa Luzia do Paruá está entre aquelas com maior acervo e distribuição mensal do Estado, atuando com mais de oito mil processos no acervo ativo e média de distribuição de 230 novas ações por mês. A comarca é titularizada pelo juiz Rodrigo Costa Nina e também atende aos termos judiciários de Presidente Médici e Nova Olinda do Maranhão. Em 2017, a vara única recebeu 2766 novos casos, julgou 2682 e baixou 2131 processos. Durante a visita, o corregedor-geral e equipe conversaram com os servidores, que levantaram a necessidade de lotação de mais servidores na unidade; construção de Salão do Júri; apoio para instalação da comarca de Olinda Nova do Maranhão, entre outros. “Ressaltamos o esforço do magistrado e equipe de servidores na organização dos trabalhos da unidade, diante do alto volume processual e distribuição”, observou. O desembargador Marcelo Carvalho Silva entregou aos servidores o Programa de Enfrentamento à Taxa de Congestionamento Processual (PETCP) da CGJ-MA e Plano de Ações, contendo relatório com a situação identificada durante a visita e ações inicialmente propostas para otimização da gestão processual. Os documentos serão repassados ao juiz Rodrigo Nina, em gozo de férias. Entre as ações, estão o deslocamento de equipes para realização das atividades de cumprimento de atos judiciais; práticas para melhor acompanhamento de prazos processuais e melhor fluidez no desenvolvimento do trâmite processual e observação da Recomendação N° 02/2018 da CGJ-MA, que dispõe sobre a utilização das plataformas digitais e disponibilização de servidor para prestar esse atendimento ao público.

Informe JP

Miudinhas

- Os advogados Roberto Charles de Meneses Dias, Megbel Abdalla Ribeiro Fonseca e Bruno Araujo Duailibe Pinheiro são os integrantes da lista tríplice para membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), na categoria jurista.
- Eles foram escolhidos, ontem (6), em Sessão Plenária Administrativa Ordinária do TJ. Bruno Araujo Duailibe Pinheiro obteve 24 votos, Roberto Charles de Meneses Dias, 16, e Megbel Abdalla Ribeiro Fonseca recebeu 12 votos.

Informe JP

Diferenças do Fundef

O juiz Marcelo Santana Farias, titular da 1ª Vara da Comarca de Lago da Pedra, proferiu decisão liminar determinando a suspensão do contrato e quaisquer pagamentos relativos a prestação de serviços advocatícios firmados entre o Município de Lago do Junco e o escritório de Advocacia João Azedo e Brasileiro Sociedade de Advogados, relativa ao recebimento dos valores decorrentes de diferenças do Fundef (atual Fundeb).

A multa pelo descumprimento da decisão judicial é de R\$ 1 milhão.

Lago do Junco

Judiciário suspende contrato entre Município e escritório de advocacia

O juiz Marcelo Santana Farias, titular da 1ª Vara da Comarca de Lago da Pedra, proferiu decisão liminar determinando a suspensão do contrato e quaisquer pagamentos relativos à prestação de serviços advocatícios firmados entre o Município de Lago do Junco e o escritório de Advocacia João Azedo e Brasileiro Sociedade de Advogados, relativa ao recebimento dos valores decorrentes de diferenças do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), sob pena de multa no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme termos do Código de Processo Civil. O magistrado deferiu, ainda, o pedido de exibição incidental de documentos, devendo Município de Lago do Junco e João Azedo e Brasileiro Sociedade de Advogados apresentarem, no prazo de cinco dias, cópias autênticas do contrato advocatício e do procedimento de inexigibilidade de licitação para a referida contratação, seguindo os termos do art. 398 do Código de Processo Civil, sob pena de adoção de medidas indutivas, coercitivas, e outras. Em caso de descumprimento, a multa deve recair sobre o Prefeito e sobre a Fazenda Pública do Município.

O CASO

Trata-se de ação civil pública com pedido de tutela provisória de urgência proposta pelo Ministério Público Estadual em face do Município de Lago do Junco e João Azedo e Brasileiro Sociedade de Advogados. O MP narrou que, na edição do

dia 14 de dezembro de 2016 do Diário Oficial do Estado do Maranhão, foi publicado o extrato de Contrato de prestação de serviços de advocacia firmado entre a Prefeitura Municipal de Lago do Junco e o referido escritório, decorrente de processo de inexigibilidade de licitação não identificado, que teria por objeto a prestação de serviços advocatícios visando ao recebimento dos valores decorrentes de diferenças do Fundef pela subestimação do valor mínimo anual por aluno (VMAA), previsto na Lei do Fundef (Lei 9.424/96). Ressaltou que o Município de Lago do Junco firmou o contrato de advocacia, que envolve milhões de reais e prevê como pagamento pela prestação dos serviços, a título de risco, que o valor dos honorários advocatícios será a quantia correspondente a 20% (vinte por cento) do montante auferido com a execução do objeto do contrato, a ser pago no momento que o Município perceber o crédito, chegando também à cifra de milhões de reais. Por fim, o Ministério Público Estadual sustentou que o contrato em questão é ilegal e lesivo ao patrimônio público, já que foi realizado por inexigibilidade de licitação, com celebração de risco e sem estabelecer preço certo na contratação, bem como a previsão de pagamento com recursos que possuem vinculação à manutenção e desenvolvimento da educação de qualidade.

Na decisão, o juiz Marcelo Farias ressaltou, de acordo com o noticiado no pedido do MP, que os honorários advocatícios, além de serem exorbitantes levando-se

em consideração os valores totais da execução, serão pagos com recursos públicos vinculados à manutenção e desenvolvimento da educação, ou seja, do Fundef/Fundeb. “Constata-se que o montante de 20% (vinte por cento) do total da diferença que o Município requerido pretende receber a título de complemento do Fundef pela União, ou seja, 1/5 da verba destinada a educação será empregada para pagamento de honorários advocatícios, o que em um juízo preliminar leva a convicção de que o contrato é lesivo ao patrimônio público, em especial a área da educação”, destacou o magistrado.

O juiz também observou que o caso tratado na ação, inclusive envolvendo o mesmo requerido, foi analisado pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Suspensão de Segurança nºSS 5182/MA e que, por outro lado, em consulta ao site do Tribunal de Justiça do Maranhão, constatou que o referido Mandado de Segurança não transitou em julgado. “Ou seja, numa só medida o contrato impugnado nos autos ofende à decisão do Egrégio Supremo Tribunal Federal, da lavra da ministra presidente Cármen Lúcia e à decisão do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no bojo de ação de iniciativa do aguerrido Ministério Público de Contas Estadual. Assim, o caso dos autos desafiaria inclusive uma reclamação constitucional a ser proposta diretamente no Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, alínea I, da Constituição da República. Caberia também as medidas perante o Tribunal de Contas do Estado”, frisou.

Tuitaços

• Li q na sessão do CNJ q
deliberava sobre juiz portar arma
na sala de audiência disseram q o
local não é faroeste. Se pensarmos
q no Maranhão juizes ja foram
resgatados de helicóptero e já
tiveram forum invadido por
pessoas que queimaram o prédio
diria q faroeste é um conceito ok
@marcelaslobo